

## A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO NO LIVRO DO CONHECIMENTO

### *THE SPACE CONCEPTION IN THE KNOWLEDGE BOOK*

DR. PAULO CATARINO LOPES  
Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)  
Portugal  
peclopes@gmail.com

#### **Resumo:**

Autêntico guia prático para viajar, pois fornece preciosas informações geográficas e históricas acerca das regiões visitadas, o Livro do Conhecimento destaca-se no contexto dos relatos de viagens medievais pelo facto de o seu conteúdo oferecer uma concepção do mundo físico que podemos imaginar representativa dos homens ibéricos do século XIV. O nosso propósito neste artigo consiste em explorar as potencialidades deste singular documento enquanto instrumento de apreensão, compreensão e representação da forma como então se concebia o espaço na Península Ibérica.

**Palavras-chave:** Espaço, Viagem, Idade Média.

#### **Abstract:**

*Authentic practical guide to travel because it provides precious geographical and historical information about the regions visited, the Knowledge Book stands in the context of medieval travel accounts because its contents offer a physical world view we can imagine representative men Iberian fourteenth century. Our purpose of this article is to explore the potential of this unique document while seizing tool, understanding and representation of the way then conceived the space in Iberia.*

**Key words:** Space, Travel, Middle Ages.

Pelo seu conteúdo e estrutura narrativa, os livros de viagens constituem uma fonte privilegiada quer para o estudo da concepção do mundo durante a Idade Média, quer para a análise da realidade coeva da sua própria elaboração. Autêntico guia prático para viajar, pois fornece preciosas informações geográficas e históricas acerca das regiões visitadas, o *Livro do Conhecimento*<sup>1</sup> é um exemplo paradigmático desde facto.

Para além de constituir uma compilação notável de bandeiras e escudos heráldicos, e de conter uma preciosa componente de *mirabilia*, que inclui diversos seres monstruosos, o *LC* destaca-se no contexto dos relatos de viagens medievais pelo facto de o seu conteúdo oferecer uma concepção do mundo físico que podemos imaginar representativa dos homens ibéricos do século XIV. Trata-se de uma síntese histórico-geográfica que expressa o modo como a península olhava o mundo, fazendo com que não fosse já a Bíblia a dar sentido ao espaço, mas a viagem e tudo aquilo que com ela se relaciona, seja o encontro com um meio estranho, seja a informação histórica, política ou geográfica dos territórios percorridos.

Relação apresentada como verídica, na qual o autor descreve, na primeira pessoa, as suas deslocações por vastas e longínquas regiões – que, ao fim e ao cabo, abarcam todo o mundo conhecido à época<sup>2</sup> –, o *LC* impõe-se um dos textos ibéricos mais significativos ao nível dos relatos de viagens.

Noutra vertente, o *LC* é um texto de vanguarda que antevê o modernismo, pois contém uma vertente utilitária (constitui uma perfeita relação entre cartografia e conhecimentos letrados) e dá a ver o mundo como um conjunto de poderes, claramente repartidos, e não de comunidades. É uma visão nobiliárquica. Não há terra de ninguém. Tudo tem dono.

---

<sup>1</sup> A partir deste ponto do texto, a designação do documento surgirá sempre de forma abreviada: *LC*.

<sup>2</sup> Cf. Lacarra, M<sup>a</sup> J. (1989). “La imaginación en los primeros libros de viajes”. En *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, España, Universidad de Salamanca, p. 501.

O nosso propósito nas páginas que se seguem consiste em explorar as potencialidades deste singular documento enquanto instrumento de apreensão, compreensão e representação, por um lado, da mundividência coeva do autor e, por outro, da forma como então se concebia o espaço.

De referir que, ao nível metodológico, o estudo do *LC* implicou algumas opções da nossa parte, pelo facto de existirem actualmente quatro cópias manuscritas de um original perdido. Neste contexto, optámos pelo estudo da edição de duas delas, as respeitantes aos chamados manuscritos S e Z, sendo tradicionalmente denominados N e R os outros dois.

Esta opção fundamenta-se, sobretudo, no facto de ambos os manuscritos se complementarem, o que é muito importante dada a existência de uma lacuna em Z. Quando tomados em conjunto, S e Z permitem obter um modelo que consideramos bastante próximo daquele que seria o manuscrito original. Por outro lado, o manuscrito S, de proveniência castelhana, está completo e não difere substancialmente dos códices N e R, igualmente castelhanos. As poucas diferenças existentes desaparecem quase totalmente quando o manuscrito S é complementado com Z.

De salientar que o manuscrito Z – uma cópia tardia realizada em Aragão na segunda metade do século XV sobre algum original castelhanos perdido – constitui o exemplar mais rico do ponto de vista artístico e heráldico (figuras, bandeiras e escudos), ainda que esteja incompleto (falta cerca de 20% do texto original). Para além disso, veio trazer uma nova luz sobre diversas problemáticas fundamentais que rodeiam o *LC*, nomeadamente ao nível da datação e da autoria.

### **1. UMA CLARA FEIÇÃO DIDÁCTICA**

O *LC* é, antes de tudo, um relato de viagens, cujo esqueleto assenta na narração de um vasto itinerário pelas partidas do mundo então conhecido. No entanto, o desenvolvimento deste acto de narração tem na sua base uma clara

intenção didáctica, geográfica e histórica. Afinal, como o próprio título da edição de Jiménez de la Espada indica, trata-se do «Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo et de las señales et armas que han cada tierra et señorío por sy et de los reyes et señores que los proueen»<sup>3</sup>.

Outro momento particularmente revelador desta intenção didáctica ocorre quando o autor declara que «Los caminos ciertos para Catayo son dos: (...)»<sup>4</sup>. Aqui a obra impõe-se mesmo como um autêntico guia geográfico. Joaquín Rubio Tovar, a este propósito, destaca que «El título del *Libro* señala bien claro que su objetivo es dar a conocer noticias de una determinada realidad; lo importante parece, pues, la información que se transmite.»<sup>5</sup>

Assim, na essência, o leitor do *LC* está perante uma síntese dos conhecimentos geográficos coevos da concepção da própria obra, complementada com informações de história política e heráldica<sup>6</sup>.

Consideramos, no entanto, que o mais importante é a tudo isto estar subjacente um forte propósito nobiliárquico de dar a conhecer a forma como o mundo está organizado. Por outras palavras, é uma organização senhorial do espaço que o autor pretende revelar.

---

<sup>3</sup> Jiménez de la Espada, M. (ed.) (1877). *Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo et de las señales et armas que han cada tierra et señorío por sy et de los reyes et señores que los proueen, escrito por un franciscano español á mediados del siglo XIV*. Madrid, España, T. Fortanet.

<sup>4</sup> ms Z, escudo XCII. En Lacarra, M<sup>a</sup> J., Lacarra Ducay, M. del C. y Montaner, A. (ed.) (1999). *Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo, et de las señales et armas que han*, ed. facsimilar del Manuscrito Z (Múnich, Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Hisp. 150), Zaragoza, España, Institución “Fernando El Católico” (CSIC), Diputación de Zaragoza.

<sup>5</sup> Rubio Tovar, J. (ed.) (1986). *Libros españoles de viajes medievales*, Madrid, España, Taurus, p. 63.

<sup>6</sup> Regra geral, era este, aliás, o objetivo das viagens imaginárias: nos seus gabinetes, os falsos viajantes percorreram dezenas de regiões, dando conta da geografia, das bandeiras, das lendas e mitos, dos habitantes e respectivos costumes. Para tal faziam recurso da sua própria experiência, de relatos de outros viajantes, de enciclopédias e obras cartográficas que forneciam a informação necessária. Cf. Beltrán, R., (1991). “Los libros de viajes medievales castellanos”. En *Filología Románica*, anejo 1, 121-164; Cátedra, P. (1993), “La dimensión interior en la lectura de los libros de viajes medievales”. En Deyermond, A. and Penny, R. (ed.). *Actas del primer congreso anglo-hispano* (pp. 41-58), II, Madrid, España, Castalia; Lacarra, M<sup>a</sup> J., “El Libro del Conocimiento: un viaje alrededor de un mapa”. En *Libro del conocimiento...*, op. cit., pp. 77-93.

## 2. PROCEDIMENTOS NARRATIVOS

Os procedimentos narrativos privilegiados pelo autor na construção do texto foram os seguintes: respeito por um itinerário; ausência de uma linha temporal precisa e objectiva (ordem cronológica); o espaço como alicerce da narrativa (ordem espacial); presença dos *mirabilia*; ausência de uma clara separação entre geografia, história, lenda e mito; dar a conhecer o mundo; ausência de acções paralelas; narração linear e contínua; recurso à primeira pessoa (predomínio do *Eu*); privilegiar os dados externos e não o universo pessoal; apresentação de histórias intercaladas; utilização de breves comentários.

O *LC* contém, pois, ao longo de todo o seu desenrolar os elementos que distinguem os relatos de viagens enquanto género literário próprio. O primeiro e mais importante, relaciona-se com o binómio itinerário/espaço. Com efeito, todo o texto está estruturado em função de um determinado percurso espacial que, em última análise, constitui a espinha dorsal do relato.

Tal como acontece em relação à grande maioria dos livros de viagens, o *LC* não contém acções paralelas e entrelaçamentos que obriguem o narrador a interromper ou a deixar em suspenso o relato<sup>7</sup>.

Estamos assim perante uma narração linear e contínua, que tem por protagonista um só personagem – umas vezes fictício, outras provavelmente real – e que é sempre o próprio narrador do périplo.

Naturalmente, esta identidade entre o protagonista e o narrador ao longo de todo o *LC* impõe a primeira pessoa como forma de apresentação do relato: «Parti de Lonbardia et fuy a Pisa (...)»<sup>8</sup>; «Parti del rreynado de Napol et passe a la ysla de Ceçilia (...)»<sup>9</sup>.

Para além de “aliviar” a árida exposição geográfica, o emprego da primeira pessoa traz a mais-valia da experiência e do testemunho pessoais, garan-

---

<sup>7</sup> Cf. Pérez Priego, M. Á. (1984), “Estudio Literario de los libros de viajes medievales”. En *Epos*, I, 232.

<sup>8</sup> ms. Z, escudo XXVII

<sup>9</sup> ms. Z, escudo XXXI

tes da veracidade do que é relatado. Com efeito, a reiteração da primeira pessoa no acto de introduzir cada um dos lugares catalogados dilui a componente fictícia e imaginária de uma viagem que se pretende real. Dito de outra forma, o emprego da primeira pessoa contribui sem dúvida para tornar mais atractivo e sugestivo o relato para o receptor, a quem transfere mais facilmente, porque não existe um narrador interposto, a experiência vivida ou imaginada; mas, sobretudo, tem uma função verificadora e testemunhal que reforça a verosimilhança e autenticidade do que é narrado: «Et sabed que desde noruega adelante contra la trasmontana (...) ay vnas gentes que an las cabeças fixas en los pechos que non an Cuello ninguno pero yo non los vy»<sup>10</sup>. A afirmação «pero yo non los vy» dá ao facto um carácter lendário e mítico. Se o autor tivesse testemunhado então estaria garantida a sua veracidade. Por outro lado, desta forma, o autor protege a sua posição, rigor e idoneidade, enquanto narrador de factos verídicos.

De qualquer forma, na linha do que é comum ao género em si, o principal do texto são os dados externos e não o mundo pessoal, ou seja, o *eu* do viajante (isto verificar-se-á mais tarde nos géneros autobiográficos modernos) expresso na aplicação contínua da primeira pessoa. O autor/narrador/protagonista apresenta-se como um simples espectador, que regista os lugares por onde passa e as coisas que observa.

Em vários pontos do relato, o autor do *LC* introduz pequenas narrativas no texto principal, operando assim a articulação do literário com o documental. Como salienta Sofía Rueda: «El escritor viajero va comunicando a sus receptores informaciones geográficas, etnográficas, etc., algunas reflexiones sobre lo visto y experimentado y también necesariamente, historias intercaladas.»<sup>11</sup> Na

---

<sup>10</sup> ms. S, escudo =VII. En Jiménez de la Espada, M. (ed.) (1877). *Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo et de las señales et armas que han cada tierra et señorío por sy et de los reyes et señores que los proueen, escrito por un franciscano español á mediados del siglo XIV*, Madrid, España, T. Fortanet.

<sup>11</sup> Carrizo Rueda, S. M (1996). “Morfología y variantes del Relato de Viajes”. En Carmona Fernández, F. y Martínez Pérez, A. (ed.). *Libros de viaje: Actas de las Jornadas sobre los Libros de Viaje*

essência são narrativas de carácter fabuloso ou histórico, relativas a figuras e acontecimentos que estruturam a memória colectiva coeva e que, de alguma forma, se encontram relacionados com o trajecto em causa e os espaços percorridos. A designação de uma cidade ou de uma determinada região, por exemplo, pode ser razão para evocar algum aspecto lendário relacionado com a sua fundação, um episódio da sua história ou a façanha de algum herói, real ou mitológico.

De salientar que, ao nível do estilo, a generalidade do texto do *LC* define-se pela utilização de períodos breves. Exceptuam-se, sobretudo, as passagens por lugares longínquos, ou seja, quando o texto incide sobre regiões mais próximas e melhor conhecidas as frases são breves e maioritariamente em torno de uma descrição geográfica rigorosa; no entanto, quando nos afastamos, por exemplo, para a Ásia Central ou para a Insulíndia, o rigor geográfico diminui e a descrição literária amplia-se, com o conseqüente aumento da dimensão dos períodos. Tal opção por parte do autor não é de estranhar, pois, ainda que não seja típico dos relatos de viagens, trata-se de um procedimento que se adapta bem à linearidade da narração e à descrição cumulativa e acelerada características do *LC*.

### 3. VIAGEM REAL OU VIAGEM IMAGINÁRIA

Três problemáticas rodeiam o *LC* desde que começou a ser alvo de estudo: o texto reporta a uma viagem real ou a uma viagem ficcional, mero produto da imaginação do seu autor? Quem é, de facto, o autor do texto? Quando foi redigido o *LC*?

Em relação à primeira questão – na linha de investigadores como María Jesús Lacarra, Jean Richard, Joaquín Rubio Tovar e Paul Zumthor; e por oposição à tese, maioritariamente defendida ao longo do século XIX, de que o relato apresentado no *LC* correspondia, de facto, a uma viagem real (a encabeçar a

---

*en el Mundo Románico*, Murcia, España, Servicio de Publicaciones, Universidad de Múrcia, p. 121.

fileira dos defensores desta premissa destacava-se Marcos Jiménez de la Espada, o célebre investigador que, em 1877, editou pela primeira vez o *LC* –, consideramos a viagem descrita no *LC* como ficcional.

Daqui resulta que a obra inscreve-se no género específico dos livros de viagens medievais imaginárias, categoria de que fazem parte textos como o famoso relato de João de Mandeville. Livros em que a leitura das *auctoritas*<sup>12</sup>, o estudo dos mapas mais ou menos contemporâneos e a utilização das lendas orais e dos testemunhos de viajantes coevos substituem, em grande medida, os acontecimentos reais vividos pelo próprio autor.

No entanto, consideramos também a possibilidade de o autor/narrador ter ele próprio protagonizado várias das deslocações incluídas no todo do trajecto – muito provavelmente em épocas diversas daquela a que corresponderá este relato –, bem como a possibilidade de que tenha recebido informação directamente de viajantes. Por outro lado, para além de cenários geográficos razoavelmente descritos e de pequenos trajectos verosímeis, o texto apresenta diversos factos, personagens e acontecimentos inequivocamente verídicos.

Por outras palavras, tomada como um todo, é certo que o autor não realizou a viagem descrita no *LC*, impraticável, aliás, para a época. Contudo, é bastante provável que tenha percorrido algumas das rotas descritas no texto ou então que tenha recebido a informação sobre as mesmas em primeira mão. Desta forma, esbate-se qualquer investida contra o valor do *LC* enquanto relato de viagem e enquanto fonte preciosa para o estudo da história, da cultura, da geografia e, sobretudo, da mentalidade medievais de meados e finais de Trezentos.

Alinhamos assim ao lado de Francisco López Estrada – autor do prólogo à reimpressão fac-similar da edição de 1877 de Marcos Jiménez de la Espada<sup>13</sup> –,

---

<sup>12</sup> Autores clássicos e medievais considerados a autoridade suprema em determinada matéria. Exemplos maiores são Heródoto, Santo Isidoro de Sevilha e Santo Agostinho.

<sup>13</sup> Cf. López Estrada, Fco. (ed.) (1980). *Libro del conocimiento*, Barcelona, España, El Albir.

Jean Richard<sup>14</sup> e Martín de Riquer<sup>15</sup> contra as posições mais extremadas de autores como Peter Russell<sup>16</sup>. Francisco López Estrada defende que:

... esta reunión de noticias [...], algunas de las cuales pueden ser verídicas y proceder incluso de su experiencia, otras verosímiles, comunicadas por otros, y otras (sobre todo, las más lejas de África y Asia) evidentemente procedentes de relatos ficticios, através de tradiciones literarias, o inventadas por la vía de la maravilha, propicia en todo viajero<sup>17</sup>

Neste ponto, e no sentido de consolidarmos a nossa posição, achamos conveniente abordar a questão da distinção - e da própria classificação em si - entre “real” e “fictício”. Sintetizando posições antes argumentadas por um investigador português, Russell afirma estar de acordo com Armando Cortesão, que escreveu a respeito: «“Não me admira que o frade, homem indubitavelmente lido e dotado de fértil imaginação, tivesse escrito a sua fantástica história; o que me surpreende é que tenha havido pessoas cultas que em tempos modernos pudessem ter acreditado em tão absurda e evidentemente impossível viagem”»<sup>18</sup>.

Ora, ao falarem aqui de “tempos modernos”, Cortesão e, através dele, Russell referem-se à primeira fase dos Descobrimentos e a figuras como Jean de Bettencourt e D. Henrique, ou seja, à Baixa Idade Média, período onde esta distinção não se colocava da mesma forma que a colocamos agora. Ou seja, ambos expressam uma opinião «apropriada às realidades de hoje, mas que se revela anacrónica e deformante quando aplicada à observação do passado.»<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> Cf. Richard, J. (1981). “Voyages réels et voyages imaginaires, instruments de la connaissance géographique au Moyen age”. En *Culture et travail intellectuel dans l’Occident médiéval* (pp. 211-220), Paris, Francia, Centre National de la Recherche Scientifique.

<sup>15</sup> Cf. Riquer, M. de (1993). “La heráldica en el *Libro del conocimiento*, por tercera vez”. En Deyermond, A. and Lawrance, J. (ed.). *Letters and Society in Fifteenth-Century Spain: Studies presented to P. E. Russell on his Eightieth Birthday* (pp. 149-151), Oxford, Inglaterra, The Dolphin Book Co.

<sup>16</sup> Cf. Russell, P. E. (1987). “La heráldica en el *Libro del conocimiento*”. En Vallcorba, J. (ed.). *Studia in Honorem Prof. Martín de Riquer* (pp. 687-697), Barcelona, España, Quaderns Crema

<sup>17</sup> López Estrada, Fco. (ed.), *Libro del conocimiento* (pp. 05-06), op. cit..

<sup>18</sup> Russell, P. E., op. cit., p. 696.

<sup>19</sup> Duby, G. (1999). *Sociedades Medievais*, Lisboa, Portugal, Terramar, p. 8.

María Jesús Lacarra<sup>20</sup>, Jean Richard<sup>21</sup>, Francisco López Estrada<sup>22</sup> e Paul Zumthor<sup>23</sup> alertam para o facto desta distinção entre livros de viagem reais e fictícios ser pouco operativa. María Jesús Lacarra salienta mesmo que «las cate-

---

<sup>20</sup> «Desde mediados del XIII las relaciones de misioneros y mercadores alternan observaciones tomadas de la realidad con la persistente búsqueda de los mitos asiáticos. El mejor conocimiento del espacio no logra borrar las creencias que se arrastran desde la Antigüedad, combinadas con elementos bíblicos. Todo se aprovecha y se yuxtapone sin importar las contradicciones del discurso resultante. El principio de credibilidad, tantas veces esgrimido por los críticos modernos, se basaba en criterios distintos a los actuales para los autores y lectores de estas obras. Estos últimos, ajenos también a las especulaciones genéricas, leerían el *Libro del conocimiento* desde una pluralidad de perspectivas que explicarán su éxito en los siglos posteriores». Lacarra, M<sup>a</sup> Jesús, “El *Libro del Conocimiento*: un viaje alrededor de un mapa”, op. cit., pp. 77-78.

<sup>21</sup> «Le voyage du Franciscain est imaginaire; mais il apporte une description du monde, plus complète que bien d'autres et à laquelle l'itinéraire supposé donne une unité plus facile à suivre que celle que donne, à la même époque, une description comme celle de l'Anonyme de Cologne. Et il a été considéré comme une récit authentique par les hommes de la fin du XIV<sup>e</sup> siècle: lorsque Jean de Béthencourt conçoit l'idée d'un empire africain d'où l'on aurait pu "avoir légèrement des nouvelles du Prestre Jehan", c'est à partir du "livre que fit un Frère Mendeant qui environna iceluy pays et fut à tous les ports de mer, lesquels il devise et nomme, et alla par tous les royaumes chrestiens et des payens et des sarrasins qui sont de ceste bende."» Richard, J. “Voyages réels et voyages imaginaires, instruments de la connaissance géographique au Moyen âge”, op. cit., p. 215.

<sup>22</sup> «El libro del conocimiento... constituye una de las primeras manifestaciones de los libros españoles de viajes, grupo de difícil encuadre en los cuadros literarios pues su valor fundamental se encuentra en la noticia, válida en cualquier consideración de orden cultural, sin que importen sus condiciones poéticas. Sin embargo, en el periodo medieval cualquier manifestación de orden narrativo, bien sea relativa a situaciones reales o bien lo sea a las imaginadas, es un testimonio más para documentar el gran esfuerzo que supuso lograr la condición literaria en las lenguas vernáculas europeas. En este caso, dentro del propósito narrativo, el intento por contar un viaje, establecer un itinerario y describir lo que el autor haya visto es paralelo al de redactar un relato imaginado en el que unos personajes se mueven por los mundos de la ficción; además, suele ocurrir que a veces el dato percibido por el viajero se mezcla con el que recibió por la vía de los libros y no es posible separarlos en el autor medieval. Toda esta confusión se encuentra en *El libro del conocimiento...*» López Estrada, Francisco, op. cit., p. 5.

<sup>23</sup> «No se puede decir, efectivamente, desde un punto de vista muy general, que lo que diferencia el “viaje” de todos los desplazamientos humanos imaginables, es que culmina para el viajero en un relato? Caso particular de un hecho más general todavía: cualquier toma de posesión territorial se realiza a través de un relato, aunque sea el que produce o falsifica la prueba de un derecho. Se agudiza una tensión entre la historia (el viaje tal y como fue, y como tal, inefable) y la geografía; entre el tiempo irrecuperable y el espacio permanentemente disponible. Por esta razón resulta inadmisibile, en este nivel profundo, en este tema y en esta época, el criterio que opone, en nuestra mente, lo “real” y lo “imaginario”. El autor y su público eran indiferentes al criterio de credibilidad: se seguía ilustrando con dibujos fantásticos el texto de Marco Polo ciento veinte años después de que fuera dictado!» Zumthor, P. (1994). *La Medida Del Mundo - Representación del espacio en la Edad Media*, Madrid, España, Cátedra, p. 290.

gorias de verdadero, falso, realidad y ficción, literatura e historia nunca han resultado tan inoperantes como al intentar aplicarlas a este terreno»<sup>24</sup>.

Estabelecer divisões estanques entre “real” e “imaginário” para a época coeva da concepção do *LC* não só é um exercício anacrónico como é também um procedimento nada proveitoso no que toca a compreender realmente o impacto do texto junto do público receptor. A questão central não deverá estar em saber se o autor realizou ou não tal viagem, mas sim em apreender o que é que ele considera importante conhecer no mundo, isto é, o que é fundamental saber e revelar. Em última análise, o objectivo deve consistir em perscrutar a forma como o mundo está representado na descrição desse périplo; a mundividência do autor e da sociedade coeva; a importância da viagem enquanto veículo por excelência para informar e dar a conhecer os universos da ordem e da desordem, do eu e do outro, do conhecido e do desconhecido.

Outro argumento que revela a fraca operatividade da divisão entre relatos reais e fictícios, bem como o carácter simplista destas classificações, reside na intensa interacção entre as obras geográficas e ligadas à viagem. Com efeito, os textos mesclam-se. Uns inspiram-se, ou são até concebidos, com base em outros<sup>25</sup>. A mesma obra pode ter “diversas” origens, algumas das quais bastante diferentes entre si. Veja-se o caso do famoso *Atlas de 1375*. O autor, Cresques Abraham (1325-1387), que contou com a provável colaboração do seu filho, Ja-fudà Cresques, serviu-se claramente do Livro de Marco Polo para constituir o corpo das lendas. Por outro lado, apresenta no primeiro painel da sua obra uma descrição do mundo de tipo isidoriano. Outro exemplo é o próprio *LC*, a respeito do qual Joaquín Rubio Tovar assinala «En el mapa catalán de 1375 se lee una frase reproducida literalmente en el *Libro*: “dizen que en esta ciudad [Syras] fue fallada primeiramente la astronomía.”»<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Lacarra, M<sup>a</sup> J., “La imaginación en los primeros libros de viajes”, op. cit., p. 501.

<sup>25</sup> Cf. Lacarra, M<sup>a</sup> J., “El *Libro del Conosçimiento*: un viaje alrededor de un mapa”, op. cit., p. 78.

<sup>26</sup> Rubio Tovar, J. (ed.), op. cit., p. 64.

Mas a leitura de diversos outros textos, ora de carácter geográfico mais teórico como as chamadas *Ymago Mundi* (cujo conteúdo coincide com a mundividência expressa nas obras enciclopédicas, como as *Etimologias* de Isidoro; e donde resulta uma predominância clara da imagem herdada dos antigos), ora mais ligados à prática das deslocações como os relatos de viajantes e peregrinos, ajuda a consolidar esta ideia. A estes dois grupos podemos somar as obras cartográficas, nas quais o material visual é complementado com textos escritos (por exemplo, o portulano e a carta-portulano), e os relatos dos viajantes denominados de “gabinete” como, para além do próprio *LC*, o texto de Mandeville<sup>27</sup>.

Um derradeiro argumento contra estas classificações e divisões está na própria possibilidade de o autor de um relato de viagem fictícia ter ele próprio realizado parte dos percursos aí apresentados, ainda que numa época diferente da assinalada no texto. Poderá ser este, como já referimos, o caso do *LC* e, segundo Deluz, do próprio texto de Mandeville<sup>28</sup>.

Em síntese, os relatos ditos “reais” estão, na Idade Média, repletos de fantasias, ao passo que os relatos classificados como “fictícios” contêm vastas passagens recheadas de informações verídicas, fruto da experiência do próprio autor ou então recebidas de alguém que viajou e registou, ou transmitiu oralmente, o seu périplo<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Christiane Deluz diz-nos a respeito desta obra que «Mais, bien évidemment, cette oeuvre devait comporter une part, plus ou moins grande, de compilation» Deluz, C. (1988), *Le Livre de Jehan de Mandeville une "Géographie" au XIV siècle*, Louvain-la-Neuve, Bélgica, Publications de l'Institut d'Études Médiévales, Université Catholique de Louvain, p. 39. Mais adiante no seu estudo, Deluz apresenta mesmo um quadro das fontes utilizadas por Mandeville (relatos de peregrinação e viagem [8 títulos], Histórias [3 títulos], enciclopédias [4 títulos], literatura religiosa [5 títulos], literatura recreativa [3 títulos], tratados científicos [1 título], outras obras utilizadas de forma pontual [9 títulos]).

<sup>28</sup> «Mandeville a-t-il fait lui aussi partie de ces voyageurs sur les récits desquels il a bâti son oeuvre? L'examen du texte donne à penser que., pour plus d'un passage, il a été à lui-même sa propre source.» *Ibidem*, p. 59.

<sup>29</sup> «La realidad tiene sus zonas de sombra, difíciles de integrar; la verdad no es tanto un dato natural como el producto de reglas discursivas, en alguna medida aleatorias y sometidas a las irregularidades de la historia. El discurso del relato de viajes nunca se comprueba — ni se puede comprobar — de forma inmediata: es un rasgo único, parentesco innegable con la ficción.» Zumthor, P., *op. cit.*, p. 291.

Em relação à autoria, avançamos a hipótese de o anónimo criador do *LC* ser um letrado leigo<sup>30</sup>, que possuía uma visão nobiliárquica do mundo, e não, como durante muito tempo se defendeu, um franciscano. Era, sem dúvida, bom conhecedor dos mapas da época e com acesso quer a esses mapas, quer às obras literárias clássicas, bem como aos armoriais coevos.

De salientar que, apesar de revelar em determinadas ocasiões um certo conhecimento da Antiguidade, o autor evidencia mais segurança e amplitude no conhecimento dos saberes da geografia, da cartografia, da política, do comércio e da história do que nos da teologia ou das artes liberais. Os dados extraídos da fonte fazem-nos assim avançar a hipótese de que o autor do *LC* estaria de alguma forma ligado à actividade comercial e ao mundo urbano, muito provavelmente através da comunidade hebraica de Sevilha ou, sobretudo, de Maiorca, dada a proximidade com o mundo mercantil da periferia não cristã, ou seja, o Norte de África e o Médio Oriente; e dado o peso evidente da cartografia maiorquina no *LC*.

No que concerne à datação da obra, o terceiro grande enigma que desde há muito rodeia o *LC*, e não colocando em dúvida a data de nascimento apresentada pelo próprio autor no texto, a hipótese que consideramos mais adequada é a de que em torno de 1385, o autor redigiu um texto que teve por base a sua própria experiência, as informações que lhe chegavam por terceiros, os dados fornecidos pelas obras literárias clássicas que ia consultando, e, sobretudo, contidos em um ou mais mapas concebidos entre 1350 e 1375. A partir de então e até pouco depois de 1390 efectua alguns acrescentos pontuais relativos a notícias recentes de que ia tendo notícia e que considerava fundamentais<sup>31</sup>. Exemplos destes acrescentos serão as referências ao Grande Cisma do Ocidente, à

---

<sup>30</sup> Eventualmente ligado à comunidade judaica mercantil de Sevilha ou Maiorca.

<sup>31</sup> Acerca desta questão vejam-se as análises efectuadas por Peter Russell, Martín de Riquer e María de Jesús Lacarra: Lacarra, M<sup>a</sup> J., “El Libro del Conocimiento: un viaje alrededor de un mapa”, *op. cit.*, pp. 83-84; Riquer, M. de, “La heráldica en el Libro del conocimiento, por tercera vez”, *op. cit.*, pp. 150-151; Lacarra, M<sup>a</sup> J. y Montaner, A. “Análisis codicológico y tradición del manuscrito Z”. En *Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señorios que son por el mundo, et de las señales et armas que han*, *op. cit.*, pp. 22-23; Russell, Peter E., *op. cit.*, p. 690.

conquista da ilha de Eubeia pela República de Veneza e à morte do genovês Lanzarotto.

#### 4. ITINERÁRIO

O itinerário é no *LC* o elemento estrutural, o esqueleto, do texto. O discurso articula-se basicamente sobre o espaço percorrido, que constituiu assim, *a priori*, a matéria narrativa essencial para o autor. Este limitou-se a seguir o itinerário no seu desenrolar único e linear, desde o seu começo até ao seu final. Podemos desta forma afirmar que, ocupando toda a extensão da obra, o itinerário e, conseqüentemente, o espaço, funcionam como a trama, a intriga, o *leitmotiv* da mesma.

O recurso a fórmulas narrativas como «salli de (...) et fuy a (...)» ou «par ty de (...) et fuy a (...)» sugerem ao leitor um itinerário, um percurso, se bem que neste caso fictício, impossível. Tais fórmulas vão fazendo desfilar cidades, reinos e lugares diversos onde pontualmente o autor se detém a narrar este ou aquele acontecimento ou a apresentar alguma conclusão – com maior ou menor pormenor.

O itinerário do *LC* é longo e complexo, quando tomado no seu todo. Os lugares visitados tocam por vezes os pontos mais distantes do mundo então conhecido. São espaços longínquos e de acesso difícil.

O autor assinala que iniciou o seu périplo «En onze dias del mes de setiembre». Nada nos indica sobre o ano. E quanto à data de regresso, ainda menos sabemos, pelo que nos fica vedada a possibilidade de calcular a duração da viagem. No que respeita aos espaços de partida e chegada, o autor fornece-nos indicações mais precisas: afirma que partiu do reinado de Espanha e que regressou a «seuilla donde sali primera mente». Podemos assim iniciar e concluir com precisão o périplo.

É notório o recurso a cartas da época e a obras literárias de grande prestígio e autoridade reconhecida, como as *Etimologias* de Isidoro, para a edificação do texto que em alguns momentos se assemelha a um portulano.

A grande particularidade – e, em nossa opinião, mais valia – do itinerário percorrido no *LC* reside no facto de abranger a quase totalidade do mundo conhecido na época coeva à feitura da obra.

#### 4.1. *Relação entre continentes na contabilização dos lugares de partida/chegada*

Quadro 1

<b>Relação entre continentes na contabilização dos lugares de partida/chegada presentes no LC</b>	
<i>Continentes</i>	<i>Lugares partida/chegada</i>
Europa	191
África	121
Ásia	84
<b>Total</b>	<b>396</b>

Como podemos verificar pela observação do quadro 1, a Europa é de longe o continente “preferido” – melhor dizendo: o mais conhecido – pelo autor. Com efeito, num total de 396 lugares de partida/chegada, registam-se neste continente 191, ou seja, quase metade das ocorrências. Logo de seguida surge o continente africano com 121 lugares e, por último, a Ásia com 84 lugares. Esta discrepância entre continentes, principalmente entre a Europa e a Ásia, quando relacionada com a mancha cartográfica relativa ao itinerário, confirma que à medida que nos distanciamos do universo da cristandade, ou seja da segurança e da ordem, enfraquece o rigor da descrição geográfica, bem como a evocação de lugares – agora muito menos conhecidos, quer em quantidade, quer em riqueza descritiva.

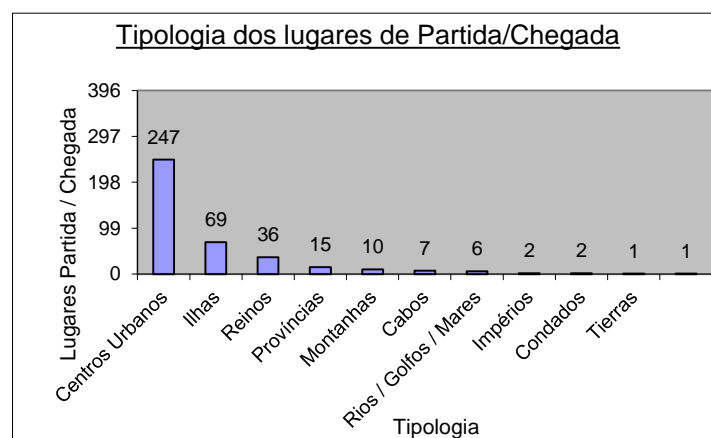
Em suma, ao nível da relação entre continentes na contabilização dos lugares de partida/chegada regista-se uma clara uma lógica de centro-periferia.

#### 4.2. Tipologia dos lugares percorridos

Os lugares de partida/chegada que integram o itinerário protagonizado no LC apresentam uma tipologia estruturada em 11 lugares-tipo (ver quadro 2 e gráfico correspondente).

Quadro 2

<b>Tipologia dos lugares de partida/chegada presentes no LC</b>	
<i>Tipologia</i>	<i>Lugares partida/chegada</i>
Centros Urbanos	247
Ilhas	69
Reinos	36
Províncias	15
Montanhas	10
Cabos	7
Rios / Golfos / Mares	6
Impérios	2
Condados	2
“Tierras”	1
Território não classificado ( <i>Caldea</i> )	1
<i>Total</i>	396



Como se pode observar no quadro 2, e gráfico correspondente, os Centros Urbanos (cidades e vilas), com 247 ocorrências num total de 396, constitu-

em a grande maioria dos lugares de partida/chegada presentes no itinerário apresentado pelo *LC*. A discrepância é enorme, mesmo relativamente às duas categorias seguintes, Ilhas e Reinos (respectivamente, com 69 e 36 ocorrências).

Tais valores revelam a preferência do autor pelos centros urbanos na representação do mundo, em particular da Europa. Estes ocupam claramente uma posição de privilégio, única mesmo, na sua mente enquanto elementos estruturantes da realidade do mundo. Se nos reportarmos à temática específica da viagem então a sua importância é ainda maior, pois eles prefiguram os pontos de apoio (autênticas encruzilhadas) e locais de paragem – e visita – por excelência.

É a cidade que estrutura a viagem aqui apresentada. Ela constitui a espinha-dorsal do itinerário e do espaço a percorrer. Daí não ser de estranhar passagens como:

E fuy por la rribera adelante en vn panfilo fasta que llegue al cabo de Sanbru e dende falle toda la marisma desabitada, que non ay çudat njn villa njn logar. E andude por la marisma muy grant camjno, e trauesse todas las playas arenosas que non son habitadas de omnes, e llegue a la tierra de los negros, a vn cabo que dizen Buyder, que es del rrey de Guyneya çerca de la mar, e ally falle moros et judios<sup>32</sup>;

Parti del jnperio de Armalec et fuyme por la tierra muy grant camjno, et como qujer que es muy poblada de gentes et de ganados, pero non ay çivdades njn villas porque todos biuen en los canpos. Et llegue al jnperio de Catayo et todas las mas çivdades que ende son,<sup>33</sup>

Parti del jnperio de Catayo contra el enorte al Flumen Magot arriba, e andude sesenta et çinco jornadas que non falle vjlla njn çivdat,<sup>34</sup>

Este privilegiar da cidade enquanto centro da vida social, política e cultural surge naturalmente na linha das modificações estruturantes introduzidas, lentamente, pelo *Renascimento* do século XII. Com efeito, a explosão da importância urbana ocorrida neste século reformador já está completamente implantada na Europa ocidental à época da redacção do *LC*<sup>35</sup>. Por outro lado, a prima-

---

<sup>32</sup> ms. Z, escudo LXVIII

<sup>33</sup> ms. Z, escudo XCI

<sup>34</sup> ms. Z, escudo XCII

<sup>35</sup> No século XII, as cidades com o seu florescente dinamismo económico e social romperam com os rígidos quadros de uma sociedade predominantemente rural e tornaram-se, em simultâneo, os principais centros de onde brotavam os avanços culturais da época. O despertar intelectual do século XII teve, aliás, como base as escolas urbanas. Cf. Le Goff, J. (1980). “La fonction économique”. En Duby, G. (dir.). *Histoire de la France Urbaine. La ville médiévale*, II, Paris, Francia,

zia atribuída à cidade é, em nossa opinião, reveladora da provável origem urbana do autor e da sua eventual ligação ao mundo citadino em termos de enquadramento e actividade social.

Outra das singularidades do itinerário percorrido no *LC* reside na importância atribuída pelo autor às ilhas. Com 69 ocorrências no desempenho da função de lugares de partida/chegada, as ilhas constituem a segunda categoria ao nível da tipologia dos lugares visitados durante a viagem. Posição tanto mais importante quanto o facto de o itinerário abranger a quase totalidade do mundo conhecido na época coeva da feitura do *LC*.

Igualmente de destacar são os valores apresentados pelas categorias Reinos (36 ocorrências), Províncias (15 ocorrências) e Cabos (7 ocorrências) – todos os cabos referidos situam-se na zona Norte da costa atlântica africana; merecendo naturalmente especial atenção o Cabo Juby, nomeado por três vezes, constituindo uma verdadeira encruzilhada entre as ilhas atlânticas, a África equatorial e a África sariana.

As referências às ilhas no *LC* enquadram-se num nível diferenciado em termos de mentalidade e mundividência, pois na maioria das vezes surgem intimamente associadas ao universo do imaginário e da *mirabilia*. Daqui deriva também que os reinos se apresentem, a seguir às cidades, classificados como a grande referência da representação da vida medieval ao nível social e político.

## 5. DESCRIÇÃO DO MUNDO

Como já referimos, no *LC* o percorrer de um itinerário constitui o epicentro de todas as evocações e descrições. Nesta medida, ao longo do texto, o espaço surge sempre em íntima associação com o tópico do percurso/caminho e,

---

Seuil, pp. 241-261; *idem* (1995). “O renascimento urbano”. En *A Civilização do Ocidente Medieval* (pp. 102-109), I, Lisboa, Portugal, Editorial Estampa; Zumthor, P., “La ciudad”, op. cit., pp. 108-137.

consequentemente, da prática da viagem<sup>36</sup>. Com efeito, ele materializa-se na paisagem percorrida, que por sua vez é concebida em função dos obstáculos e dos meios de circulação.

O público-leitor está, desta forma, perante um mundo percorrido e a percorrer, dentro do qual se destacam sobretudo as paisagens e os poderes – em particular a cidade –, mas também os climas, as riquezas e os valores.

### 5.1. *A paisagem natural*

A paisagem natural é um elemento largamente focado ao longo de todo o texto do *LC*. Ela apresenta-se sob duas vertentes principais: o relevo (montes, montanhas, serras e ilhas) e o meio aquático (rios, lagos, mares, golfos e oceanos). Os oceanos e as ilhas revestem-se, como é típico da Idade Média, de uma significação especial.

As ilhas são o elemento de paisagem natural mais referenciado pelo autor do *LC*, reflectindo-se tal proeminência ao nível do conteúdo: algumas das mais importantes e emblemáticas passagens do texto em termos de descrição do mundo têm por cenário as ilhas, principalmente as que ficam no âmbito do continente africano e da Ásia, ou seja, os lugares dos limites, os lugares cujas extraordinárias características dos habitantes e do próprio espaço merecem ser registadas e assinaladas.

Evocação especial merece, no Atlântico norte, a ilha de Ibéria, ou seja, a Islândia:

Et en esta isla [ibéria] non ay culebras nin biuras nin sapos nin moscas nin arañas nin otra Cosa veninosa Et en esta ibéria es una cibdat arçobispal que dizen dubilin et son gentes muy fermosas como quyer que son muy simples et es tierra do non ay pan como quyera que an muy grand abondo de carnes et de leche et sabet que esta isla es fuera de las siete climas»<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Como afirmou Gurevitch, o espaço é um parâmetro determinante da existência do mundo e uma modalidade fundamental da experiência humana. Cf. Gurevitch, Aron I., *As Categorias da Cultura Medieval*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, p. 43.

<sup>37</sup> ms. S, escudo =VII

Para além de profundamente associada ao universo dos *mirabilia*, esta ilha é também marcante pelas referências “reais” a elementos como a alimentação, a riqueza, a fauna, a religião e a própria geografia.

Outra referência importante acontece no Atlântico Sul, aquando da passagem pela ilha de Gropis:

... et fallamos vna isla muy grande poblada et de muchas gentes et dezinale yn-sola gropis et era tierra abondada de todos los bienes saluo que las gentes eran ydolatrias et lleuaron nos a todos ante su Rey E el Rey se marauillo mucho de nos et de nuestra fabla et de nuestros costumbres»<sup>38</sup>

Neste caso, destacam-se dois tópicos fundamentais ao nível da descrição do mundo: o primeiro em relação à religião, pois trata-se de gentes idólatras; o segundo em relação ao contacto com o *Outro*, o diferente, expresso na admiração manifestada pelo rei local em relação à língua e costumes dos visitantes europeus. Aqui é essencial referir que o autor do *LC* não negativiza o *Outro*, antes aceita o diferente precisamente enquanto tal.

Chegado aos mares asiáticos, o autor chama a atenção para a ilha de Sagela, justificando o porquê da sua riqueza:

... una ysla enel mar de jndia que dizen sagela en que ay vna grand ciudad et rica Enesta ysla ay almadenes donde sacan oro et plata et otros metales et sacan piedras rubijs muy gordas et otras pequeñas et eneste Reynado es vn grand monte en que es vna rica ciudad que dizen baxaja, E neste monte otroy ay almadenes de todos los metales et propriamente sacan muy gordas esmeraldas<sup>39</sup>

Mas as referências insulares mais importantes no oceano Índico são as relativas à ilha de Java:

E sabed que en la ysla de jaua et trapouana son XLV. regiones muy grandes et lo mas destas tierras es deshabitado por la muy grand calentura del sol pero que en lo que es poblado cojen mucha pimienta et muchas otras especias et aqui son los grandes grifos et las grandes cocatrizes<sup>40</sup>;

E es tierra muy poblada [jaua] pero que no ay ciudades porque todos los moradores biuen en los canpos et cogen muchas especias e mucha pimienta et mu-

---

<sup>38</sup> ms. S, escudo LXVII

<sup>39</sup> ms. S, escudo =LXXV

<sup>40</sup> *ibidem*

chas gomas odoríferas como quier que es tierra muy caliente et las gentes son negras et adoran al emperador de catayo cuyos vasallos son<sup>41</sup>

Nestas duas passagens, focam-se aspectos centrais ao nível descritivo como o povoamento, o clima, a riqueza, a exploração da flora, a tonalidade da pele dos habitantes, a fauna (lendária) e a componente geo-política do lugar.

Sem pormenorizar, o autor do *LC* não deixa de fazer referência às lendárias ilhas do Extremo Oriente: «E este mar oriental es todo baxios et yslas e dende en adelante contra el leuante non ay nueuas de ningunas tierras saluo aguas como enel poniente. Et sabed que catayo es el cabo de la faz de la tierra en la linea de españa»<sup>42</sup>. São ilhas longínquas que, como assinala, estão no limite do mundo.

Um traço singular e original do *LC* reside na referência à Trapobana, tradicionalmente considerada uma ilha situada nos confins do oceano Índico – como se pode verificar através da observação do *Atlas de 1375*. Com efeito, a Trapobana é evocada como sendo a própria terra Antártida ou uma grande extensão desta, designando-se o povo que a habita por *antipodas*<sup>43</sup>.

As ilhas ocuparam sempre um lugar especial na mundividência do homem medieval<sup>44</sup>. E a representação que delas se faz no *LC* não foge a este princípio, antes o reforça. Afinal, é claro o esforço do autor em organizar as ilhas que apresenta e em dar uma imagem harmoniosa e conciliadora do que elas têm de imaginário e real; do que delas se sabe e do que delas se viu. Um esforço

---

<sup>41</sup> ms. S, escudo =LXXVI

<sup>42</sup> ms. S, escudo LXXVII

<sup>43</sup> «E sabed que este mar de Jndia es vn braço que entra del grand mar oriental. E dizen algunos que atrauiessa toda la tierra fasta el mar occidental. E los sabios dizen le el mar meridional. E deste mar fasta el polo antartico es vna grand tierra que es la decima parte de la faz de la tierra. E quando el sol es en tropaco de capricornio pasa el sol sobre las cabeças de los pobladores a los quales llaman los sabios antipodas et son gentes negras quemadas de la gran calentura del sol pero que es tierra en que son muchas aguas que saen del polo antartico et llaman los sabios a esta tierra trapouana et confina la ysla de jaua et llega fasta el poniente pero que trauiessa por medio de vn braço del mar grande que circunrodea toda la tierra et metese en el mar de jndia. E sabed que en la ysla de jaua et trapouana son XLV. regiones muy grandes et lo mas destas tierras es deshabitado por la muy grand calentura del sol pero que en lo que es poblado cojen mucha pimienta et muchas otras especias et aqui son los grandes grifos et las grandes cocatrizes.» in ms. S, escudo =LXXV

<sup>44</sup> Cf. Gil, Juan, “Ilhas Fantásticas” in *Oceanos*, 46, 2001, Lisboa, CNCDP, pp.11-24.

que anda, aliás, claramente associado a um inequívoco fascínio e interesse pela componente insular do mundo conhecido.

O terceiro elemento mais focado no *LC* ao nível da paisagem natural são os oceanos (60 referências). Neste quadro, o oceano Índico é o mais evocado (31 ocorrências). Dado tanto mais curioso, quanto o facto de a grande maioria das ilhas referenciadas no *LC* localizarem-se no Atlântico.

Evocado mediante diversas designações – *Mar perçicun, mar negro, mar verde, mar de jaua, mar de yndia, mar meridional, mar de las índias* –, o oceano Índico é palco de importantes contribuições para a descrição do mundo apresentada no *LC*<sup>45</sup>. O Índico liga os oceanos Atlântico e Pacífico, chegando assim a confundir-se com o próprio «mar grand que circunrrodea toda la tierra»<sup>46</sup>.

O *LC* aproxima-se assim da visão ptolemaica, que aponta um oceano Índico fechado, considerado como rio, o rio circular Oceano. Esta noção constitui um dos alicerces da visão medieval ocidental do oceano Índico. Como refere Jacques Le Goff: «Toda a fecundidade deste mito repousa na crença de um *mare clausum* que faz do oceano Índico, na mentalidade medieval, um receptáculo de sonhos, de mitos, de lendas. O oceano Índico é o mundo fechado do exotismo Onírico do Ocidente medieval, o *hortus conclusus* de um paraíso cheio de encantamentos e de pesadelos.»<sup>47</sup>

Outro dado não menos surpreendente reside nas 9 referências efectuadas ao longínquo e misterioso *grand mar oriental*, isto é, o oceano Pacífico:

---

<sup>45</sup> «E sabed que este mar de Jndia es vn braço que entra del grand mar oriental. E dizen algunos que atrauiessa toda la tierra fasta el mar occidental. E los sabios dizen le el mar meridional. E deste mar fasta el polo antartico es vna grand tierra que es la decima parte de la faz de la tierra. E quando el sol es en tropaco de capricornio pasa el sol sobre las cabeças de los pobladores a los quales llaman los sabios antipodas et son gentes negras quemadas de la gran calentura del sol pero que es tierra en que son muchas aguas que saen del polo antartico et llaman los sabios a esta tierra trapouana et confina la ysla de jaua et llega fasta el poniente pero que trauiessa por medio de vn braço del mar grande que circunrrodea toda la tierra et metese en el mar de jndia.»  
*in ms. S, escudo =LXXV*

<sup>46</sup> *ms. S, escudo =LXXV*

<sup>47</sup> Le Goff, J. (1990). “O Ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte Onírico”. En *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Portugal, Edições 70, p. 265.

... et llegue al jperio de catayo et todas las mas desas ciudades son ribera del mar oriental que se tiene conel mar de jndia. E este mar oriental es todo baxios et yslas e dende en adelante contra el leuante non ay nueuas de ningunas tierras saluo aguas como enel poniente<sup>48</sup>;

India la alta confina conel mar oriental et es llamado mare sericum o mare cancasur por los montes cancasos. E eneste mar es vna grand ysla que dizen jnsula manzie. E despues desta es fallada otra que dizen jnsula paradisus et de aqui se departe vn grande golfo que entra por la tierra et trauiessala toda fasta que entra enel poniente et llaman el mar de jndia<sup>49</sup>

É importante realçar que, apesar de render todo o seu fascínio e admiração ao oceano Índico, o autor não deixa de considerar este último como um braço do Pacífico: «E sabed que este mar de Jndia es vn braço que entra del grand mar oriental.»<sup>50</sup>

Uma palavra ainda para o oceano Atlântico, tão perto da Cristandade, sobretudo, em sonho e magia, contudo, ainda tão distante em conhecimento real. Com efeito, a Idade Média revelou-se face ao Atlântico um período que abrange e funde o real e o fantástico<sup>51</sup>. A imagem fornecida pelo LC é disso exemplo, pois neste texto o oceano Atlântico surge quase sempre referenciado como palco de ilhas reais, mas, por vezes, simultaneamente, povoadas de *mirabilia*. É o caso da Islândia e das ilhas *Canaria et Lançarote et Forte Ventura*.

Como qualquer outro elemento natural, o mar na Idade Média Ocidental é conceptualizado de acordo com uma visão teológica do mundo<sup>52</sup>. Ele é a fronteira exterior, o limite último da Cristandade. Como refere Luís Krus: «Os seres que o habitam, as tragédias de que é responsável, os povos que por ele circulam, definem o anti-mundo que tem por função o reforço da coesão do espaço cristão.»<sup>53</sup> Do seu seio vieram os piores invasores: os normandos e os sarrace-

---

<sup>48</sup> ms. S, escudo LXXVII

<sup>49</sup> ms. S, escudo LXXVIII

<sup>50</sup> ms. S, escudo =LXXV

<sup>51</sup> Cf. David, Dionísio (1994). "Oceano Atlântico II - Fases de Reconhecimento". Em Luís de Albuquerque (ed.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (pp. 99-101), I, Lisboa, Portugal, Círculo de Leitores.

<sup>52</sup> Cf. Krus, L. (1983). "O Mar". En *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento. A Voz da Terra Ansiando pelo Mar. Antecedentes dos Descobrimentos* (pp. 269-271), Lisboa, Portugal, XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, Presidência do Conselho de Ministros (ed.),

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*.

nos. O mar foi a estrada que os trouxe até ao mundo da ordem; partilha por isso da sua força destruidora. Daí que o interior do Ocidente tivesse uma visão receosa, quase negativa, do litoral e do universo marítimo.

Esta visão do mar foi de alguma forma atenuada pela relação próxima e ancestral com os mares interiores, sobretudo o Mediterrâneo e o Mar Negro. Por outro lado, mediante recurso à figura das ilhas procedeu-se a uma “cristianização” do elemento marítimo: «Mais do que nunca era preciso cristianizar o mar, proteger-se da sua negatividade. Nas representações cartográficas do universo excluem-se, em geral, os oceanos. Nega-se a sua existência. Medida externa. A via mais seguida foi a de neles situar um sem número de manifestações divinas. As ilhas, reais ou simbólicas, preenchem os mares. Nelas se situam mosteiros e eremitas que as consagram a Deus. A sua função em termos de imaginário é semelhante à desempenhada pelos santuários que proliferavam nas florestas e locais ermos: neutralizar os poderes maléficos a que continuamente se associavam.»<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> *Idem, ibidem.*

## 5.2. *A paisagem construída ou os espaços de poder*

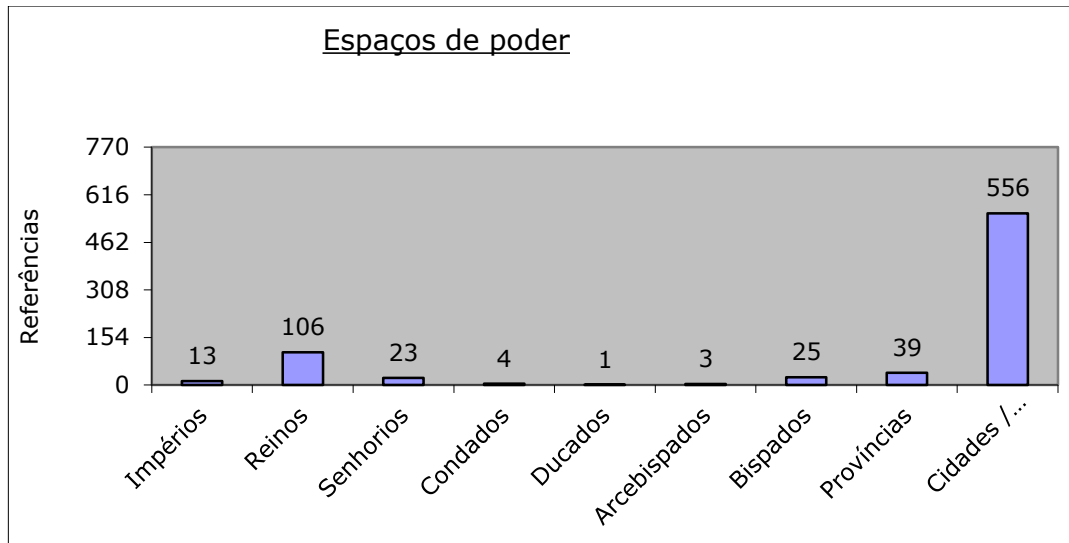
Na paisagem representada, o autor do *LC* tende sempre a individualizar os poderes dominantes e respectivos territórios. Apesar de ligados, ele atribui claramente mais importância aos poderes leigos dos que aos poderes eclesiásticos.

Na sua perspectiva, o mundo é inequivocamente um espaço dos senhores, individualizado simbolicamente através da heráldica. Por outras palavras, é por excelência um espaço político onde o poder senhorial acaba por se sobrepor ao poder dos eclesiásticos.

Os valores apresentados no quadro 3 esclarecem-nos quanto ao espaço de poder que, especificamente, predomina na mundividência veiculada pelo *LC*. Com 556 referências num total de 770 (e 874 ocorrências), os centros urbanos são de longe o espaço de poder privilegiado pelo autor do *LC* (ver gráfico correspondente).

Quadro 3

<i>Espaços de poder</i>					
Nº	Classificação	Europa	África	Ásia	Ref.
1	Impérios	3	2	8	<b>13</b>
2	Reinos	48	26	32	<b>106</b>
3	Senhorios	11	0	12	<b>23</b>
4	Condados	4	0	0	<b>4</b>
5	Ducados	1	0	0	<b>1</b>
6	Arcebispados	3	0	0	<b>3</b>
7	Bispados	25	0	0	<b>25</b>
8	Províncias	32	2	5	<b>39</b>
9	Cidades / Vilas	296	95	165	<b>556</b>
Total		<b>423</b>	<b>125</b>	<b>222</b>	<b>770</b>



Naturalmente, a Europa é o continente com maior número de referências aos centros urbanos. No entanto, os continentes asiático e africano também apresentam valores bastante razoáveis em relação ao total deste tópico (556 referências), sobretudo se tivermos em conta os valores expressos pelos restantes espaços de poder.

O espaço de poder com maior número de referências a seguir às *ciudades e vilas* são os *reinos* (106 referências). No entanto, apesar de igualmente bem distante dos espaços seguintes, este tópico apresenta apenas cerca de 1/5 do valor expresso pelos centros urbanos. O fosso é abismal.

Em termos de distribuição por continentes, os *reinos* preponderam na Europa, que apresenta quase o dobro das referências africanas.

Após a análise dos valores recenseados para os diversos espaços de poder presentes no *LC*, torna-se claro o porquê do poder senhorial – materializado sobretudo nas categorias da *cidade* e do *reino* –, ser claramente o “preferido” do autor do *LC*. Esta regra é, aliás, corroborada pela própria tipologia dos espaços: apenas dois, os arcebispados e os bispados, são declaradamente eclesiásticos.

A proeminência dos centros urbanos enquanto espaço de poder no *LC* é tal, que justifica um olhar mais aprofundado, tanto a nível quantitativo como qualitativo.

A cidade é inequivocamente o elemento central, estruturante, do itinerário e dos espaços veiculados no *LC*. A visão do autor em relação ao espaço e ao mundo conhecido centra-se essencialmente na figura deste espaço de poder. Os valores em termos de referências e de ocorrências não podiam ser mais expressivos.

O desfilar das urbes no *LC* veicula imediatamente a ideia da funcionalidade social e política da cidade. Regra geral, sempre que se chega a uma região ou reino, existe a preocupação de assinalar quais as maiores e mais importantes cidades, e, de entre estas, qual exerce as funções de capital (cabeça de reinado ou de império) e de cenário para a coroação dos reis.

A cidade é um espaço superior. Necessário. Vital. E apesar de não declarado, a extensa nomeação da cidade é acompanhada no *LC* de um intenso fervor, como podemos, aliás, concluir do facto de 35 das 50 ocorrências relativas a acontecimentos indicados no *LC* estarem associadas, directa ou indirectamente, à cidade.

Também ao nível do maravilhoso presente na fonte podemos identificar a preponderância da cidade: das 13 imagens de *mirabilia* que acompanham o texto, 5 são relativas a cidades<sup>55</sup>.

Por tudo isto, podemos afirmar que o autor do *LC* partilha da *consciência urbana* que invadiu a Europa a partir do século XII. Ao longo de todo o texto, sente-se, aliás, a presença desta consciência. Uma consciência que determina claramente a forma de o autor pensar e, sobretudo, dar a ver o mundo.

Zumthor chama a atenção para um pormenor que garante à cidade um lugar muito específico na mundividência do homem medieval e que, de alguma forma, ajuda a esclarecer esta clara preferência do autor do *LC* pelos centros urbanos em detrimento dos restantes espaços de poder:

---

<sup>55</sup> O *paraiso terrenal* vem ilustrado como se de uma uma fortaleza/cidade se tratasse. A imagem, aliás, é idêntica – em termos de estilo – às restantes representações de cidades.

Antes de estos modelos, y en parte gracias a ellos, actúa sobre la percepción y la representación medieval de la ciudad una poderosa corriente arquetípica, que impone al pensamiento y al lenguaje un pequeño número de formas matriciales que (a través de múltiples mediaciones) determinan la imaginación y la palabra: cierre, es decir, aislamiento; solidez, es decir, seguridad; verticalidad, es decir, grandeza y poder; teniendo en cuenta que cada uno de estos rasgos y su conjunto remiten a la existencia colectiva de los hombres<sup>56</sup>

A cidade medieval assenta assim em três alicerces fundamentais: isolamento (no sentido de individualidade, demarcação e afastamento do que a rodeia), segurança (protecção do que vem do exterior, materializada nas suas muralhas e no seu exército “pessoal”) e imponência (no sentido de riqueza e poder).

Hoje, a cidade constitui um espaço amplamente aberto ao exterior, de acesso fácil, mas onde reinam a insegurança e as formas extremas de miséria. Na Idade Média, por sua vez, a cidade simboliza o oposto. Como assinala o mesmo investigador, tiveram que passar «mil años para pasar, muy progresivamente, de la primera imagen a la segunda.»<sup>57</sup>

A cidade é a Ordem e a sua centralidade em relação à região que integra, afasta-a de alguma forma da ruralidade e do exterior selvagem, onde imperam a desordem, a violência, o caos. O que fica para lá das suas muralhas é a antítese daquilo que os seus habitantes procuram no seio das ruas, praças, campanários e mercados<sup>58</sup>.

A cidade vem sempre associada ao saber, ao estudo e à ciência. Ela é o espaço do conhecimento, pois é nela que se situa o maior de todos os centros de saber: a universidade. O LC corrobora este princípio nas referências efectuadas à cultura. O âmbito é, regra geral, a cidade, sobretudo na Europa: «et la noble

---

<sup>56</sup> Zumthor, P., op. cit., pp. 118-119.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, p. 119.

<sup>58</sup> «La ciudad rechaza con todo su ser lo que he llamado en otra ocasión el *nomadismo* de la sociedad medieval: a un universo parcelado, opone su carácter macizo; a la disgregación de las soledades rurales, al aislamiento de los linajes feudales, la concentración de los seres y de sus recursos (...). Espacialmente, la ciudad es múltiple. A su espacio físico y topográfico se une, para lo mejor y para lo peor, un espacio social, un espacio económico, un espacio religioso (...), y que se unifican en una “cultura urbana”. (...) La ciudad se define por una forma de ser en el mundo.» *Idem, ibidem*, p. 124.

çivdad de Tolossa, do son los estúdios generales de las artes liberales.»<sup>59</sup>; «Parti de Escoçia et ffuyme para Jnglatierra. Sabet que es muy poblada, et falle en ella onze çivdades grandes. (...) Grisna, do son los Estudios Generales»<sup>60</sup>; «Bolonja, morada de los filósofos»<sup>61</sup>.

Por outro lado, o centro da cidade equivale ao coração no corpo humano. Espaço por excelência da vivência e do quotidiano urbanos, este centro é para todos um centro de poder. E é precisamente esta ideia que é proclamada do alto das muralhas, torres e atalhas que dominam a urbe. Independentemente do que parece na sua realidade empírica, a cidade concebe-se a anuncia-se de acordo com esta impressão “dominante”.

A cidade medieval tem uma história, uma memória e uma linguagem próprias. Uma “alma”, enfim, que garante identificação e individualidade às diversas gerações que por ela vão passando. Algo tão intensamente etéreo quanto palpável em termos físicos, seja no traçado das ruas, nos marcos dos edifícios principais ou até nas ruínas que falam da sua glória passada. Esta “alma” fornece aos habitantes o tão precioso sentimento de pertença e faz com que a cidade seja o espaço de poder mais importante, mesmo em relação ao reino e ao império, aos quais não raras vezes empresta o nome e aos quais fornece sempre a capital, isto é, o coração e o cérebro.

Para o autor do *LC*, como podemos verificar no quadro 3, a cidade e a vila associam-se sobretudo à Europa e à Ásia. Estes continentes são os espaços por excelência do mundo urbano.

Ao nível profundo da mentalidade tardo medieval ocidental, já não é tanto a dualidade espaço cristão/espaço do infiel que comanda as acções; mas

---

<sup>59</sup> ms. Z, escudo V

<sup>60</sup> ms. Z, escudo XIX

<sup>61</sup> ms. Z, escudo XXVI

sim, o binómio espaço rural/ espaço urbano. O *LC* é um notável exemplo desta transfiguração<sup>62</sup>.

### 5.3. *Os climas*

O clima ocupa um lugar muito especial no texto do *LC*, pois constitui um dos principais argumentos para o autor abordar a questão do povoamento e habitabilidade das regiões que visita, ou seja, a sua geografia humana. Daqui se depreende a sua importância enquanto elemento definidor das qualidades (negativas ou positivas) dos espaços evocados.

O autor materializa a sua visão do mundo ao nível do clima mediante três tópicos: frio, quente, temperado. O clima temperado é naturalmente o *privilegiado* pelo autor. As regiões e povos sujeitos a este estado climático são sempre adjectivados de forma qualitativamente superior.

Na base desta avaliação tripartida do clima, destaca-se a teoria das zonas climáticas, largamente referenciada pelo autor. Um exemplo por excelência reside na referência à ilha de Ibernia, ou seja, à Islândia, onde o autor conclui que as características, largamente descritas, da ilha são devidas ao facto de se localizar fora dos sete climas: «et sabet que esta isla [ibernia] es fuera de las siete climas»<sup>63</sup>.

Do total das 30 referências efectuadas ao clima no *LC*, 12 referem-se à Europa, 6 ao continente africano e 12 à Ásia.

O clima quente é sobretudo referido em relação ao continente africano (3 referências) e à Ásia (5 referências). O clima frio, por sua vez, regista-se sobretudo na Europa (6 referências). África e Ásia recebem, respectivamente, 1 e 2

---

<sup>62</sup> Como assinala Luís Krus em relação ao espaço português, mas que é passível de estender-se ao mundo ocidental cristão: «Aos campos, ligados a uma economia rural, opõem-se a vila e a cidade, que delimitam pelo termo o espaço abastecedor sujeito à sua influência, e na qual se concentram as actividades artesanais, administrativas e comerciais, que delas fazem um espaço de comunicação ligado às principais redes de tráfico regional, peninsular, mediterrânico e atlântico.» Krus, L. (1985). “Espaço na Idade Média”. En *Dicionário Ilustrado da História de Portugal, I, Sine loco*, Publicações Alfa, p. 220.

<sup>63</sup> ms. S, escudo =VII

referências ao frio. Finalmente, o clima temperado reparte-se entre a Europa (4 ocorrências) e a Ásia (5 ocorrências). África é apontada apenas por uma vez em termos de clima temperado.

Daqui podemos depreender que em termos de clima, o autor do *LC* possui uma visão bem mais favorável à Ásia do que à África ou até à Europa. Até porque as referências ao clima quente na Ásia são por vezes atenuadas por soluções resultantes do engenho humano ou da própria natureza:

... et son gentes negras quemadas de la grand calentura del sol pêro que es tierra [trapouana] en que son muchas aguas que salen del pólo antartico<sup>64</sup>;  
En pos estos [omes de trimic] son los de ndia que son so l et toman la sextaa línea equinocial. E maguer la su tierra es de grand calentura pêro las mas de sus villas son ribera del mar et son muchas yslas et por eso el ayre rescibe la humedad del mar con que se tiempra la sequedad et la calentura et conesto se fizieron de fermosos cuerpos et de apuestas formas et de leznes cabellos et non les faze al la calentura saluo que los faze baços de color<sup>65</sup>

A evocação do conceito geográfico das zonas climáticas, proveniente da antiguidade clássica, reflecte por um lado um cuidado científico em retratar o mundo, mas por outro lado implica o envolvimento da fantasia neste mesmo olhar sobre a geografia do mundo.

Fora dos sete climas, ou seja, fora das coordenadas espaço-temporais tradicionalmente aceites, explicam-se factores extraordinários como a invulgar fertilidade da terra e a singular longevidade dos habitantes<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> ms. S, escudo =LXXV

<sup>65</sup> ms. S, escudo LXXVIII

<sup>66</sup> Como assinala Maria Jesus Lacarra «El eje de la fantasia pasa por la división de la tierra en zonas climáticas, tal y como se creia en la Edad Media, a partir de las recreaciones del *Sueño de Escipión* de Cicerón. Los dos pólos son inhabitables por el frio, así como ocurre con la zona tórrida por causa del calor. En estas regiones desérticas e inexplorables viven los seres monstruosos. (...) Esto justificaria el extraño desplazamiento del paraíso Terrenal, habitualmente ubicado en Extremo Oriente, hasta las frias tierras del pólo antartico. (...) Aunque más adelante, parece contradecirse buscando otra orientación más tradicional, cercana al reino del preste Juan.» Lacarra, M<sup>o</sup> J., “La imaginación en los primeiros libros de viajes”, op. cit., p. 503.

## 6. CONCLUSÃO

O princípio intrínseco que marca e define a visão do mundo presente no *LC* reside exactamente na combinação harmoniosa de dois tópicos: uma estruturante lógica de centro-periferia e uma concepção integral do espaço que compõem o mundo. É com base em tal combinação que o autor pode, com segurança, avançar o itinerário e a cidade como grandes eixos do relato.

Em relação a esta última, especificamente, sobressai o estatuto central na definição de territórios e na qualidade de centro organizador de toda a vida política, económica e cultural.

Daqui resulta uma visão do mundo nobiliárquica, unitária e totalizadora: o mundo é um espaço senhorial, simbolicamente identificado através da heráldica. Por outras palavras, é por excelência um espaço político onde o poder dos senhores leigos se sobrepõe ao poder dos eclesiásticos. Não há terra de ninguém. Tudo tem um senhor. É o primado do mundo como um conjunto de poderes, claramente repartidos. Estamos então perante uma poderosa antevisão do que será Tordesilhas<sup>67</sup> e a concepção geopolítica que marcará o modernismo.

A vertente didáctica e utilitária do *LC* é particularmente reveladora da forma como este acompanha o espírito de inovação e mudança que caracteriza a Europa ocidental da Baixa Idade Média.

Por um lado, o *LC* constitui uma perfeita relação entre cartografia e conhecimentos letrados, como é característico das cartas náuticas ibéricas coevas, em particular as portuguesas. Por outro, configura-se como um precioso instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade que se poderia deparar ao narrador/viajante ao percorrer vias terrestres e marítimas, reais ou imaginárias. Nesta medida, o *LC* reflecte a emergência do homem renascentista, aquele que não receia utilizar a experiência pessoal e que concebe a escrita

---

<sup>67</sup> Referimo-nos ao *Tratado de Tordesilhas*, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, celebrado entre o reino de Portugal e o recém-formado reino da Espanha para dividir as terras *descobertas e por descobrir* por ambas as Coroas fora da Europa.

e o elemento imagético como um meio fundamental para preservar, acrescentar e inclusive manipular o saber adquirido.

Se ao longo dos seus fólhos o mundo surge descrito em função do itinerário, da toponímia e dos espaços percorrido, então a viagem impõe-se necessariamente como uma grande via para o conhecimento. Um conhecimento que permite reflectir e questionar o sentido do mundo, traduzindo-se, enfim, numa nova forma de encarar os problemas tradicionais da humanidade.

No seu conjunto, a visão do mundo que o *LC* apresenta deve relacionar-se com o espaço que serviu de berço ao seu autor: a Península Ibérica dos finais do século XIV.

Com efeito, o *LC* não é apenas uma original compilação de bandeiras e escudos heráldicos, nem só uma notável enciclopédia de *mirabilia*. Vai muito para além disso. Na essência, é uma fonte única no contexto dos relatos de viagens medievais, expressando o modo como a Península Ibérica olhava o mundo – o qual, por sua vez, apresenta-se essencialmente como um conjunto de espaços a percorrer.

Situada numa zona periférica da Cristandade e da sua ordem e segurança, a Ibéria percepcionava o desconhecido, isto é, o antimundo, a terra do *Outro* e o diferente, onde reinava o caos e a desordem, como um espaço que não era necessariamente negativo. Via-o antes como uma realidade passível de ser conhecida e descoberta.

Apresentado frequentemente como um mapa feito com palavras, o *LC* não se contrai nos limites estáticos da carta cartográfica. Mediante a ordem narrativa ele conduz-nos por um mundo que tem coisas importantes a mostrar na e pela viagem. E em todo este processo, o espaço assume-se como grande motor de descoberta e reflexão.

Prova de que o *LC* corresponde a uma determinada mundividência e, mais especificamente, a uma determinada concepção do espaço pelo homem coevo da sua redacção, são as repercussões da obra.

Falamos, desde logo, da utilização das informações contidas no texto pelos conquistadores das Canárias. Com efeito, o *LC* foi eleito por João Verrier e Pedro Bontier, capelão e cronista de João Bethencourt, para facilitar ao seu senhor notícias sobre as costas do Cabo Bojador, que este pensava incorporar nos seus domínios cerca do ano de 1404.

Esta é, de facto, a única consequência realmente provada. No entanto, a hipótese levantada por Peter Russell<sup>68</sup> em relação à eventual utilização do *LC* pelo Infante D. Henrique na preparação das expedições ao litoral ocidental africano, não deixa naturalmente de ser válida. Afinal, o inverosímil do itinerário do *LC* não impediu que a obra fosse escolhida para guiar uma exploração com a envergadura da de Bethencourt.

No capítulo VII da *Crónica da Guiné*<sup>69</sup> é facilmente identificável o conhecimento do *LC* quando se noticia o desejo do Infante D. Henrique de entrar em contacto com o Preste João, já que se afirma ser possível, através da foz do Rio do Ouro, enquanto braço do Nilo, um tal objectivo, ou seja, a partir da costa ocidental africana atingir a África oriental e, mais especificamente, o reino do Preste João.

Não surpreende, por tudo isto, que na primeira metade do século XV, o *LC* tenha alcançado grande popularidade, sobretudo em Castela. Afinal, como já assinalámos, a sua singularidade e aparente verosimilhança fizeram com que nos inícios de Quatrocentos, os cronistas da expedição francesa às Canárias tivessem recorrido ao seu conteúdo, considerando-o uma fonte rigorosa e fidedigna.

---

<sup>68</sup> Cf. Russell, P. E. (1997). "A Quest Too Far: Henry the Navigator and Prester John". En Macpherson and Penny, R. (ed.). *The Medieval Mind: Hispanic Studies in Honour of Alan Deyermond* (pp. 401-416), London, England, Tamesis; *Idem* (1981). "The Infante Dom Henrique and the *Libro del conocimiento del mundo*". En Sommer Ribeiro, J. (ed.). *In memoriam Ruben Andressen Leitão* (pp. 259-267), II, Lisboa, Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

<sup>69</sup> Cf. Zurara Gomes E. de (1998), *Crónica da Guiné*, Lisboa, Portugal, Civilização.

## BIBLIOGRAFÍA

### *Fontes*

- *Libro del conocimiento*, López Estrada, F. (ed.) (1980), Barcelona, España, El Albir.
- *Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo et de las señales et armas que han cada tierra et señorío por sy et de los reyes et señores que los proueen*, escrito por un franciscano español á mediados del siglo XIV, Jiménez de la Espada, M. (ed.) (1877), Madrid, España, T. Fortanet.
- *Libro del conocimiento de todos los rregnos et tierras et señoríos que son por el mundo, et de las señales et armas que han*, Lacarra, M<sup>a</sup> J., Lacarra Ducay, M<sup>a</sup> del C. y Montaner, A. (ed.) (1999), ed. facsimilar del Manuscrito Z (Múnich, Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Hisp. 150), Zaragoza, España, Institución “Fernando El Católico” (CSIC), Diputación de Zaragoza.

### *Estudios*

- Beltrán, R. (1991). Los libros de viajes medievales castellanos. *Filología Románica*, anejo 1, 121-164
- Carrizo Rueda, S. M., (1995). “Morfología y variantes del Relato de Viajes”. En Fernando Carmona Fernández y Antonia Martínez Pérez (ed.), *Libros de viaje: Actas de las Jornadas sobre los Libros de Viaje en el Mundo Románico* (pp. 119-126), Murcia, España, Universidad de Murcia.
- Cátedra, P. (1993). “La dimensión interior en la lectura de los libros de viajes medievales”. En Deyermond, A. and Penny R. (ed.). *Actas del primer congreso anglo-hispano* (pp. 41-58). II, Madrid, España, Castalia.

- David, D. (1994). "Oceano Atlântico II – Fases de Reconhecimento". En Albuquerque, L. de (ed.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (pp. 99-101) (I), Lisboa, Portugal, Círculo de Leitores.
- Deluz, C. (1988). *Le Livre de Jehan de Mandeville une "Géographie" au XIV siècle*, Louvain-la-Neuve, Bélgica, Publications de l'Institut d'Études Médiévales, Université Catholique de Louvain.
- Duby, G. (1999). *Sociedades Medievais*, Lisboa, Portugal, Terramar.
- Gil, J. (2001). "Ilhas Fantásticas". *Oceanos*. 46, Lisboa, Portugal, CNCDP, 11-24.
- Gurevitch, A. I. (1991). *As Categorias da Cultura Medieval*, Lisboa, Portugal, Editorial Caminho.
- Lacarra, M<sup>a</sup> J. (1989). "La imaginación en los primeros libros de viajes". En *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (501-509), Salamanca, España, Universidad de Salamanca.
- Krus, L. (1985). "Espaço na Idade Média". En *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* (p. 220), I, *Sine loco*, Publicações Alfa.
- \_\_\_\_\_, (1983). "O Mar". En *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento. A Voz da Terra Ansiando pelo Mar. Antecedentes dos Descobrimentos* (pp. 269-271), Lisboa, Portugal, XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, Presidência do Conselho de Ministros (ed.).
- Le Goff, J. (1980). "La fonction économique". En Georges D. (dir.). *Histoire de la France Urbaine. La ville medieval* (pp. 241-261), II, Paris, Francia, Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1995). "O renascimento urbano". En *A Civilização do Ocidente Medieval* (pp. 102-109), I, Lisboa, Portugal, Editorial Estampa.
- \_\_\_\_\_ (1990). *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Portugal, Edições 70.
- Lacarra, M<sup>a</sup> J., Lacarra Ducay, M<sup>a</sup> del C. y Montaner, A. (ed.) (1999). *Libro del conocimiento de todos los rregnos et tierras et señorios que son por*

*el mundo, et de las señales et armas que han*, ed. facsimilar del Manuscrito Z (Múnich, Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Hisp. 150), Zaragoza, España, Institución "Fernando El Católico" (CSIC), Diputación de Zaragoza.

- Pérez Priego, M. Á. (1984). "Estudio Literario de los libros de viajes medievales". En *Epos*, I, p. 232.
- Richard, J. (1981). "Voyages réels et voyages imaginaires, instruments de la connaissance géographique au Moyen age". En *Culture et travail intellectuel dans l'Occident médiéval* (pp. 211-220), Paris, Francia, Centre National de la Recherche Scientifique.
- Riquer, M. de, "La heráldica en el Libro del conocimiento, por tercera vez". En Deyermond, A. and Lawrance, J. (ed.) (1993). *Letters and Society in Fifteenth-Century Spain: Studies presented to P. E. Russell on his Eightieth Birthday* (pp. 149-151), Oxford, Inglaterra, The Dolphin Book Co.
- Rubio Tovar, J. (ed.) (1986). *Libros españoles de viajes medievales*, Madrid, España, Taurus.
- Russell, P. E. (1997). "A Quest Too Far: Henry the Navigator and Prester John". En Macpherson and Penny, R. (ed.). *The Medieval Mind: Hispanic Studies in Honour of Alan Deyermond* (pp. 401-416), London, England, Tamesis.
- \_\_\_\_\_ (1987). "La heráldica en el Libro del conocimiento". En Vallcorba, J. (ed.). *Studia in Honorem Prof. Martín de Riquer* (pp. 687-697), Barcelona, España, Quaderns Crema.
- \_\_\_\_\_ (1981). "The Infante Dom Henrique and the *Libro del conocimiento del mundo*". En Sommer Ribeiro, J. (ed.). *In memoriam Ruben Andressen Leitão* (pp. 259-267), II, Lisboa, Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Zumthor, P. (1994). *La Medida Del Mundo - Representación del espacio en la Edad Media*, Madrid, España, Cátedra.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica da Guiné*, Lisboa Civilização, 1998.

**Recibido:** 31/10/2015

**Aceptado:** 14/12/2015

